

# Liderança brasileira à prova



Ingo Plöger\*

O Brasil está prestes a receber o convite para fazer parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Talvez o Brasil seja, dentre os membros do Bric, o país que mais considere as instituições internas, tanto no quadro político-democrático quanto no judicial, econômico, social e ambiental. Outros países, como China e Rússia, iniciaram recentemente o processo democrático institucional e suas economias de mercado ainda estão em evolução. O Brasil, embora ainda não apresente um crescimento acentuado, tem demonstrado maturidade institucional, sendo um candidato natural ao ingresso na OCDE.

A vantagem de o Brasil ser Estado-membro de uma organização como a OCDE é a de poder defender posições que impactam diretamente a economia do país, como a classificação dispar do risco soberano do país entre Brasil e China; o Brasil tem alta classificação de risco na OCDE: em uma escala de 1 a 6, sendo 1 a melhor classificação e 6 a pior, o Brasil tem nota de risco 4, enquanto a China tem nota de risco 2. Essa disparidade na classificação destoa do

desenvolvimento alcançado pelo Brasil nos últimos anos.

Outro exemplo singular é a questão das regras gerais entre os países desenvolvidos, que têm gerado forte polêmica, mas foi possível encontrar soluções em comum, como é o caso da transferência de preços. A OCDE possui cerca de 40 comissões e mais de 160 grupos de trabalho. Um bom exemplo é o Diretório de Educação da OCDE, com trabalhos relativos à avaliação do desempenho na formação educacional dos países participantes e não-participantes através de programas internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

Ingressando na OCDE, seria natural o Brasil, como país em desenvolvimento, exercer uma forte liderança dentro da organização em favor de outros países em desenvolvimento: poderia representar aqueles que têm uma cooperação mais distante, auxiliá-los a ampliar essa cooperação e livrá-los da dependência de países industrializados para representar seus interesses.

Ao protelar a decisão sobre o ingresso, negociado ou não, o Brasil corre o risco de outros países em vias de desenvolvimento o fazerem antes. Com isso, perde a chance de ser a representação institucional dos demais países em desenvolvimento e a oportunidade de ex-

pandir essa liderança para a América do Sul e América Latina, tão necessária no momento atual por que passamos na região.

E é justamente esse o outro grande desafio para a liderança do Brasil. Não ingressando, o Brasil, grande protagonista na integração da região Sul, perde o poder intrínseco de fortalecer o Mercosul, cuja carta de princípios envolve sistemas democráticos livres e abertos e que poderia fazer frente aos movimentos mal definidos e mal estruturados que se repetem pela região.

A credibilidade na liderança do Brasil está sendo colocada à prova. O Brasil pode fortalecer as instituições pela democracia, dentro dos melhores princípios da boa governança, através da transparência, equidade, liberdade e responsabilidade institucional. E todo esse contexto faz parte do mesmo desafio de como o Brasil quer exercer seu papel de liderança no quadro internacional.

Essa resposta não é exclusiva do governo: envolve o Congresso, o Judiciário e a sociedade civil. E as representações empresariais têm um papel da maior relevância.

\* Presidente da IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional